

POLÍTICA E PODER NAS OBRAS DE SÊNECA

Zelia de Almeida Cardoso*

Abstract

Besides being one of the most significant Latin writers in the first century AD, Seneca played an important role in the political life of his time, holding several positions and acting as Nero's counselor. Author of many philosophical works, he dedicated the Emperor the treatise De Clementia in which he draws the picture of an ideal governor. He also used the texts of his tragedies to condemn tyranny and praise the virtues which ought to characterize a good governor: tenderness, smoothness, clemency, kindness, courage and conformity to fortune.

Keywords

Seneca; De Clementia; Latin tragedy; tyranny; good governors.

Lúcio Aneu Sêneca¹, também conhecido como Sêneca, o filósofo, foi uma das mais expressivas figuras da literatura latina do primeiro século depois de Cristo, tendo-se destacado pelo brilho de sua oratória e pela facilidade e versatilidade com que escrevia obras filiadas a diferentes gêneros literários. Entretanto, se os textos que compõem o colocam entre os maiores escritores de sua época, o papel por ele desempenhado na política romana não foi menos importante.

Sêneca pertenceu a um período histórico bastante complexo; viveu, conforme a expressão de André de Bovis (Bovis, 1948: 9), na “crista que separa as duas vertentes da História: a vertente pagã e a cristã”; é um momento de mudanças políticas, sociais e econômicas, e de crises ideológicas e religiosas. Quando o poeta nasceu, em data que medeia entre 4 a.C. e o ano

* Universidade de São Paulo/USP.

O presente artigo é parte da pesquisa “Política, poder e cidadania na tragédia latina”, realizada com recursos oferecidos pelo CNPq, pelos quais reiteramos nossos agradecimentos.

E-mail: zlvdacar@pop.usp.br

1 ou 2 de nossa era, o “século de Augusto”, julgado por Dupouy (Dupouy, 1924: 136.) como “uma das épocas fantásticas do espírito humano”, já ultrapassara seus momentos mais gloriosos. Os últimos anos do governo do príncipe, aqueles em que Sêneca viveu sua adolescência, foram particularmente difíceis, em decorrência de problemas de diversas ordens, inclusive os de caráter sucessório (Suetônio. *Augusto*, 23 e 45). Morrendo em 14 d.C., Augusto foi substituído, sucessivamente, por Tibério, Calígula, Cláudio e Nero.

Todo esse período, que se estende de 14 a 68, foi marcado por ódios, violência e tirania. Tibério, enteado, genro e filho adotivo de Augusto, esteve à testa do Império de 14 a 37. Apesar de ter tomado algumas medidas promissoras no início de seu governo, mostrando-se competente, moderado, simples e benévolo, foi aos poucos enveredando por um caminho diverso, tornando-se extremamente duro e austero (Suetônio. *Tibério*, 26-33). Valeu-se com frequência da *lex maiestatis* que possibilitava a mais severa punição para as menores ofensas (Tácito. *Anais* 1, 72-73), instaurando-se, em consequência, um regime de terror, em que ocorriam, com grande frequência, denúncias, acusações, processos, prisões e execuções (Bloch, 1922: 76ss. e Piganiol, 1954: 245). Vários intelectuais, a exemplo de Cremúcio Cordo, Élio Saturnino e Mamerco Escauro, sofreram graves penalidades em decorrência dessa situação e, apesar de haver prosperidade e paz, Tibério passou a ser visto como tirano, tornando-se motivo de ressentimentos e temores (Dion Cassius. 57, 22; 58, 24). Suetônio e Tácito fazem referências explícitas às grandes dificuldades então enfrentadas por todos (Suetônio. *Tibério*, 33; 36; 46; Tácito. *Anais*. 6, 20).

Com a morte de Tibério, em 37, o Senado conferiu poderes ao jovem Caio César Calígula, sobrinho-neto do imperador desaparecido. Como seu antecessor, Calígula conquistou a simpatia do povo nos primeiros meses de seu governo, mas revelou, logo depois, evidentes sinais de demência que se manifestaram sob a forma de extrema crueldade, megalomania e violência (Suetônio. *Calígula* 13; 15; 22).

Sêneca, por essa época, ao lado de desempenhar elevadas funções políticas, se tornara um dos mais eminentes oradores de Roma, enfrentando, por isso, a vaidade e a inveja do príncipe, que, segundo Dion Cassius, chegou a cogitar em condená-lo à morte (Dion Cassius. 59, 9, 7). Tal intenção, entretanto, não se concretizou.

Com o assassinio de Calígula, ocorrido em 41, o poder foi oferecido a Cláudio, seu tio paterno. A figura do novo imperador sempre foi objeto de

controvérsias e tem sido tratada de forma caricata desde a Antigüidade. Ao que parece, tinha grande cultura (Bardon, 1968: 125), mas era fraco, desprovido de prestígio e autoridade e, conseqüentemente, impopular (Tácito. *Annais*, 11 e 33-34). Suas atitudes sempre foram estranhas e contraditórias. Sua personalidade maleável era facilmente manobrada por libertos, que o assessoravam, e pelas duas últimas esposas, que exerceram poderosa influência sobre ele: Messalina e Agripina. A primeira conseguiu obter de Cláudio o banimento de Sêneca, envolvendo o poeta em intrigas palacianas. A última dominou o esposo de tal forma que dele obteve a adoção do filho que ela trouxera de um casamento anterior, Lúcio Domício, o futuro Nero. Após a adoção, Agripina obteve o perdão para Sêneca. O filósofo foi então chamado de volta a Roma para encarregar-se da educação do jovem, aliando-se a Agripina, com quem mantinha laços afetivos. Com a morte de Cláudio, ocorrida em 54, em circunstâncias suspeitas que implicaram a própria imperatriz, Nero assumiu o poder (Tácito. *Anais*, 12, 66-67) e Sêneca passou a ser seu conselheiro, seu ministro e uma espécie de “eminência parda” no palácio imperial.

Como Tibério e Calígula, Nero também fez com que o povo romano, a princípio, sonhasse com um retorno aos dias áureos de Augusto. O sonho, todavia, se foi desvanecendo à medida que o imperador manifestava, progressivamente, tendência ao despotismo, prepotência e crueldade, entregando-se a desmandos e crimes.

Em 62, desgostoso e desencantado com a vida pública, Sêneca dela se afastou, retirando-se para uma propriedade particular, distante da cidade (Tácito. *Anais* 14, 52-56). Esse fato, porém, não o impediu de ser considerado como um dos participantes da abortada conspiração de Pisão, cuja finalidade era destituir o imperador, nem de ser condenado à morte, em virtude dessa pretensa participação.

O poeta se suicidou em 65², deixando uma vasta obra da qual subsistem três consolações, alguns tratados filosóficos, cartas, um texto científico, uma sátira menipéia e nove tragédias³. Nero sobreviveu por algum tempo, mas em 68, durante uma sedição, apunhalou-se – ou foi apunhalado –, perdendo a vida e pondo fim à tumultuada “dinastia júlio-claudiana”.

Como se pode verificar, toda a vida adulta de Sêneca decorreu em um ambiente caracterizado pela violência, pela crueldade de governantes, pelo despotismo. Embora tivesse ocupado cargos políticos elevados e tido freqüente acesso à corte, nela chegando a desempenhar importantes papéis, isso não foi

suficiente para garantir-lhe imunidades: foi hostilizado por Calígula, mesmo sendo questor e senador, (Suetônio. *Calígula*, 53), foi banido por Cláudio e condenado à morte por Nero de quem havia sido preceptor e um dos principais auxiliares, desde os primeiros momentos do governo do jovem imperador.

A tradição atribui ao filósofo a elaboração do discurso de posse de Nero (Tácito. *Annais*, 13, 4, 2), peça de caráter político que pode ser considerada como um verdadeiro programa de governo. Segundo a opinião de Ingeborg Braren (Braren, 1990: 16), apresenta-se nesse discurso, em linhas gerais, um “projeto de espírito renovador”, de um governante que tentará “coibir os abusos”, “limitar a jurisdição legal do soberano, retornar a certos padrões morais antigos” e “restabelecer a diarquia *princeps-senatus*, estendendo ao senado parte de sua antiga autoridade republicana”.

O início da administração de Nero, como dissemos acima, acenava para um futuro promissor. Segundo Suetônio (Suetônio. *Nero*, 10), depois de haver declarado que “reinará de acordo com os princípios de Augusto”, Nero procurou demonstrar liberalidade, clemência e até mesmo amabilidade. Diminuiu alguns impostos, aboliu outros, reduziu prêmios concedidos a delatores, deu dinheiro ao povo, estabeleceu um ordenado para senadores sem fortuna, mandou que se distribuísse trigo para as coortes militares, incentivou as artes. Em 55, porém, um fato gravíssimo veio empanar o brilho dos primeiros dias do governo: a morte de Britânico, o filho de Cláudio e Messalina que, por ser ainda muito jovem, quando da aclamação de Nero⁴, havia sido preterido na herança do trono. Segundo Suetônio e Tácito, Britânico foi envenenado durante um banquete, por ordem de Nero.

Não se sabe como Sêneca teria reagido a esse fato. Em 56, porém, ele escreve *Sobre a clemência (De clementia)*, texto que corresponde ao traçado de um modelo que nortearia as ações de um governante. A partir da divulgação desse texto, as informações sobre a atuação de Sêneca vão-se tornando mais raras. O assassinio de Agripina, ordenado por Nero, ocorreu em 59 e, de acordo com Tácito (Tácito. *Annais* 14, 5), Sêneca teria sido conivente com o imperador, por razões de ordem política. As relações entre o velho mestre e o discípulo, todavia, começam a esfriar a partir desse momento. Em 62 – ano em que Otávia, a esposa de Nero, é repudiada e condenada à morte –, Sêneca se afasta definitivamente da corte.

Pierre Grimal (Grimal, 1979: 240-243), ao discutir um trabalho de Arnaldo Momigliano⁵ em que o autor fala de uma contradição existente em Sêneca, entre a ação e a contemplação, entre sua vida política e sua forma-

ção filosófica, procura mostrar que o estoicismo forneceu ao filósofo os princípios de sua conduta política. O estoicismo, para Grimal, sempre foi uma doutrina da ação política. O sábio, conforme os princípios doutrinários, não pode realizar-se plenamente a não ser em sua natureza de ser social. Se na Grécia nem sempre foi possível aos estóicos cumprir seu programa filosófico, o mesmo não ocorreu em Roma onde o estoicismo se adaptou inicialmente às necessidades da República e, depois, às do Principado. E foi com base no estoicismo que Sêneca escreveu *Sobre a clemência*, o tratado que mostra qual a posição do autor em relação ao poder e à política.

Não se pode dizer que *Sobre a clemência*, o único texto de caráter político do autor, seja apenas um trabalho de circunstância, uma espécie de parêntese no conjunto da obra senequiana. Ao contrário – e aqui nos valem mais uma vez das idéias de Grimal (Grimal, 1979: 242-243) – é uma obra em que “um autêntico pensamento estóico acompanha as especulações sobre a natureza efetiva do poder monárquico”, de um poder que deveria fundar-se naquilo que o estoicismo apregoa como ideal humano: a virtude, a excelência moral, a reta razão. O pensamento filosófico norteia a vida política, informa a reflexão sobre o poder, traz uma solução para os problemas referentes ao estado, colocando a clemência como a virtude capital do governante, virtude essa estreitamente ligada aos princípios preconizados pelo estoicismo.

Dedicando *Sobre a clemência* a Nero, Sêneca apresenta, no próêmio da obra, o propósito da mesma, adotando uma postura simultaneamente de filósofo, educador e conselheiro. Segundo suas palavras, ele se dispôs a escrever a respeito da clemência para “desempenhar, de certa forma, a função de espelho” e mostrar ao jovem governante sua própria imagem. Como supremo mandante, “o imperador é o árbitro de vida e de morte” de seus súditos. Está em suas mãos “a qualidade da sorte e da posição que cabe a cada pessoa”. Por sua boca, “a Fortuna anuncia o que deseja que se reserve a cada mortal”. A partir de sua resposta, “povos e cidades reúnem motivos de regozijo”. Nenhuma região jamais floresce a não ser com sua “aprovação e condescendência”. Milhares de espadas, reprimidas por sua ordem, seriam “desembainhados a um simples aceno” seu. Sua vontade determinaria “que nações conviria que fossem arrasadas até os alicerces, quais as que conviria que fossem transferidas, a quais se daria liberdade e de quais se arrebataria essa mesma liberdade, que reis se tornariam vassalos e quais as cabeças que conviria coroar com honras reais, que cidades se demoliriam e quais as que se construiriam”.

Sêneca continua a desenvolver seu pensamento, mostrando que, apesar de ter tantos poderes, nada impeliu Nero a determinar suplícios injustos, “nem a cólera, nem o ímpeto juvenil, nem a imprudência dos homens ou a obstinação que, muitas vezes, acaba com a paciência dos corações mais tranquilos, nem a arrogância nefasta de ostentar poder por meio do terror, mas freqüente nos grandes impérios”. Sua espada sempre esteve embainhada e até o sangue mais humilde foi poupando com extrema parcimônia. Junto a ele, “todo homem, mesmo aquele a quem tudo falta, é agraciado com o nome de homem”. A severidade do imperador foi resguardada enquanto a clemência esteve “de prontidão”.

E Sêneca conclui: “Cobiçaste uma distinção bastante rara e que até agora não se concedeu a príncipe nenhum, a inocência. Esta singular bondade não pôs a perder tua obra, nem encontrou avaliadores ingratos ou maldosos. Adquiriste este reconhecimento: nunca um homem foi tão caro a outro homem quanto tu és ao povo romano, seu único e duradouro bem” (*Sobre a clemência* 1,1-5)⁶.

Para Braren (*op. cit.*: 39-41), é em *Sobre a clemência* que Sêneca “apresenta a cristalização de suas idéias políticas e uma resposta ao diagnóstico das carências que encontrou em seu momento histórico-político”.

Realmente, a época em que Sêneca viveu foi bastante especial. Nos anos em que Augusto exerceu o poder (de 31 a.C. a 14 d.C.), o regime político se centralizava na figura do imperador, cujas idiosincrasias se refletiam na máquina estatal; nos períodos subseqüentes, dominados pelas figuras de Tibério, Calígula e Cláudio, o pensamento filosófico – aí incluído o pensamento político – se empobreceu em decorrência de fatores diretamente ligados à personalidade desses imperadores e a seu relacionamento discutível com o povo e os intelectuais. Após a morte de Cláudio e a ascensão de Nero ao poder, era chegado o momento de abrir-se espaço a conjeturas filosóficas. Ainda segundo as palavras de Braren (*idem*: 14), foi a necessidade de preencher o vazio ideológico que “fez com que a lucidez de Sêneca propusesse uma teoria política de poder absoluto, fundamentada em um ideal caracterizado por uma virtude, a *clementia*”.

Em *Sobre a clemência*, composto com essa finalidade, Sêneca “formula uma teoria de governo autoritário”, mas propõe a clemência como “componente humanístico indispensável para que um governante tenha êxito no exercício do poder”, projetando-a como “idéia-força para dar novo vigor ao regime governamental” (*idem*, 14-15).

Braren (idem, 17-23) discute de forma exaustiva o conceito romano de clemência. Para a autora, as primeiras referências à clemência como virtude indispensável ao governante, aparecem em Cícero (*República*, 2, 27)⁷; autores posteriores, tais como Tito Lívio (*História de Roma*, 33, 12, 7) e Aulo Gélíio (*Noites Áticas* 6, 3, 52) a ela se referiram quer considerando-a como uma das virtudes cultuadas pelos antigos romanos, quer nela vendo uma virtude de “utilidade pública”. A noção de clemência, que em César e Virgílio pareciam equivaler a certa magnitude de espírito (*magnitudo animi*) que leva a tratar os vencidos com comiserção, poupando-os de castigos pesados, tem seu sentido amplificado em Sêneca, para quem a clemência atinge outro estatuto. De acordo com Braren (*op. cit.*: 20):

“É um desses conceitos que representam todo um processo ideológico no sentido de que, em *clementia*, temos um termo simples que apresenta diversas idéias. Ora é um atributo político do soberano, ora é uma medida exclusivamente jurídica, ora é uma virtude de um ser essencialmente humano. Na verdade, o conceito senequiano de *clementia* é um complicado mecanismo exatamente porque obedece a múltiplas intenções. Nele encontramos a intenção pedagógica subjetiva de Sêneca, que é a formação do chefe de Estado, mais a formulação teórica objetiva de considerar a *clementia* como um instrumento político do soberano e, ainda, um instrumento jurídico deste mesmo soberano”.

A proposta de Sêneca seria, pois, apresentar a clemência como a virtude do governante absoluto que faz com que ele se diferencie do tirano; como a virtude que garante ao soberano segurança para a preservação do Estado; como a virtude, enfim, que faz com que o soberano se iguale aos deuses. Em alguns momentos de *Sobre a clemência*, a virtude parece assemelhar-se à misericórdia (*miseriordia*), contrapondo-se à severidade (*seueritas*); em outros a clemência se associa à severidade; em outros ainda é uma decorrência de outras virtudes, tais como a constância e a paciência. É, como se pode verificar, uma virtude complexa que une a temperança de espírito de quem tem o poder de castigar à brandura de um superior ao infligir uma punição; é a moderação que retira alguma coisa de uma punição merecida e faz desviar uma punição antes da execução.

O modelo de soberano proposto por Sêneca seria o daquele que age com clemência, sendo que a insistência na focalização dessa clemência, “com seus componentes humanístico, político e jurídico, demonstra a preocupação do filósofo com a formação moral do chefe de Estado” (Braren, 1990: 23).

Nas tragédias senequianas, em diversos momentos a clemência do governante volta a ser colocada em foco, contrapondo-se a figura do tirano à do rei brando e clemente, cuja personalidade e atitudes têm pontos de contato com a figura do chefe proposta em *Sobre a clemência*. Parece que Sêneca, ao aceitar que o soberano tivesse um poder absoluto, procurava “suavizar” essa atitude preconizando as virtudes que ele deveria ter e que dele fariam um “bom rei”, oposto ao “mau tirano”. Não se espera, portanto, que nas tragédias – que exemplificam de forma concreta o pensamento doutrinário senequiano – se encontrem críticas negativas ao sistema absolutista. As críticas se limitam, às vezes de forma explícita, às vezes apenas nas entrelinhas, ao que diz respeito ao comportamento dos maus governantes.

Se atentarmos para as características dos detentores do poder nas tragédias, verificamos um fato curioso, embora perfeitamente explicável, dado o gênero dramático em que se inserem tais textos e ao papel de desencadeadores da catástrofe, desempenhado muitas vezes por aqueles que dominam: são poucos os exemplos de “bons reis”; as mais vezes as figuras de governantes têm os nítidos traços que caracterizam os tiranos⁸.

Fazendo reflexões sobre o tema, em *Le théâtre de Sénèque*, Léon Herrmann (Herrmann, 1924: 506-510) assinala que o bom governante, segundo as tragédias, é o que pratica não só a clemência (*As Troianas* v. 327; *Hércules no Eta* vv. 1559 ss.), mas também a piedade (*As Troianas* v. 352), a justiça (*Édipo* v. 240; *Tiestes* v. 608), a paciência (*As Troianas* vv. 255 ss; 350 ss.) e a moderação (*As Troianas* v. 280; 345; *A loucura de Hércules* v. 741), exatamente o que fora aconselhado a Nero em *Sobre a clemência*. Sendo humilde na prosperidade (*As Troianas* v. 261) e firme no infortúnio (*Édipo* v. 82), o governante que assim age terá o domínio sobre seu próprio ser, o que é próprio do estóico (*Tiestes* vv. 336 ss.)⁹. O bom governante não deve ser apenas justo, mas também agir com bondade diante dos infelizes (*As Troianas* vv. 695 ss.; *Agamêmnon* v. 932); deve mostrar mais virtude que os demais, dando o exemplo e sacrificando até mesmo aqueles que lhes são mais caros (*As Troianas* v. 333). Em compensação, ele recebe recompensas, sendo amado pelo povo (*Tiestes* vv. 209-210) e vendo seus súditos se dobrarem a seus desejos (*Tiestes* v. 213).

Ao analisar as idéias políticas contidas nas tragédias, Herrmann procura mostrar que nelas há apenas dois governantes que podem ser considerados “bons”: Agamêmnon, em *As troianas*, e, sob certos aspectos, Creonte, em *Medéia*.

Há, porém, a nosso ver, uma grande diferença entre os dois. Agamêmnon é uma figura bastante curiosa em sua construção. Sua aparição na tragédia se dá na segunda cena do primeiro episódio, quando ele e Pirro, o filho de Aquiles, se confrontam numa acirrada discussão. Embora seja o grande vitorioso da guerra de Tróia, em sua condição de “rei dos reis”, Agamêmnon, num primeiro momento, se mostra profundamente arrependido por ter permitido a destruição e o saque da cidade, condena veementemente a pretensão do jovem que exige a imolação da virgem Políxena aos manes de Aquiles e enumera os deveres dos reis: ser paciente, tolerante e justo, usar da moderação, lembrar-se de que a Sorte é inconstante e temível, pôr a pátria acima de tudo, agir com honradez.

Algumas de suas falas, representadas às vezes por verdadeiras máximas filosóficas de sabor estoíco, refletem essa posição:

“Quanto maior for teu poder, mais deves suportar pacientemente”
(Tro. 253);

“Ninguém mantém por muito tempo um poder violento: o poder moderado é duradouro” (Tro. 258-259);

“Poderia eu pensar que os cetros são algo mais que uma palavra, revestida de um brilho inútil, e que minha cabeleira se ornamenta com algo mais que um falso grilhão? Um rápido revés roubará tudo isso e talvez não com mil navios ou em dez anos! Não é a todos que a Fortuna ameaça com tanta lentidão!” (Tro. 271-275);

“É necessário que um rei ponha a pátria acima dos filhos” (Tro. 332);

“O que a lei não proíbe que seja feito, proíbe-o a honra” (Tro. 334);

“É preciso que saiba desejar o mínimo aquele a quem é permitido desejar muito” (Tro. 336);

“Minha espada sabe perdoar até mesmo os cativos” (Tro. 350-351).

Essas falas, entretanto, citadas isoladamente, poderiam dar de Agamêmnon um retrato falso. O rei não é apenas o que essas palavras dizem, o governante esclarecido, de formação filosófica, preocupado em aliar a doutrina à prática. Depois de externar seu pensamento, com aparente ponderação e segurança, construindo sua “teoria do poder”, Agamêmnon muda seu discurso. Ao ser ofendido por Pirro, cujas tendências despóticas pareciam, de início, contrastar com as do rei, revida as ofensas e o agride verbalmente, utilizando argumentos pessoais, subjetivos, lembrando a origem espúria do jovem, a insignificância de sua pátria, a aparente covardia de Aquiles, deixando o cenário da guerra. Pirro o enfrenta e consegue demolir seus argumentos. Percebendo a falta de consistência naquilo que diz, Agamêmnon desiste de continuar defendendo suas idéias, abdica da força que tem para impedir o sacrifício da donzela e invoca o poder dos deuses para decidir a questão: manda chamar Calcas, o porta-voz de Apolo, a fim de que seja revelada a vontade divina, e se exime da culpa pelo que possa vir a acontecer. Mostra-se, pois, como uma pessoa instável e frouxa, incapaz de tomar decisões e de sustentar por muito tempo uma posição firme.

Creonte, o rei de Corinto, não assume nenhuma postura filosófica perante os fatos. Provavelmente Léon Herrmann o considere, “em parte” como um rei “bom”, por ter ele “suavizado” o castigo imposto a Medéia, comutando a pena de morte pela expulsão do reino e agindo, portanto, com “certa” clemência. Em muitas passagens da tragédia, porém, Creonte se revela como um soberano despótico e prepotente. Referindo-se a ele, Medéia o considera como o único culpado pelo rompimento de seu casamento com Jasão, como alguém que “abusou do cetro”, desfez uma união e arrancou os filhos dos braços da mãe (*Medéia*. 143-146). A comutação da pena não foi uma idéia de Creonte e, de certa forma, ele a lamenta. Ao referir-se a Medéia, com palavras candentes, ele deixa bem clara a questão da substituição da penalidade:

“Eu me preparava para aniquilar, com a espada, essa peste, mas meu genro me venceu com suas súplicas. A vida lhe foi concedida, mas que ela liberte do medo o meu território e vá embora, em segurança” (Med. 183-186).

Ao vê-la aproximar-se dele, Creonte dá ordens expressas aos servos e a ela:

“Afastai-a, servos, para longe, para que ela não me toque nem se aproxime. Mandai que se cale. Que ela aprenda ao menos uma vez a dobrar-se às ordens de um rei. Quanto a ti, monstro cruel e horrendo, afasta-te daqui o mais depressa possível, vai-te embora imediatamente” (Med. 188-191).

Medéia tenta confundi-lo, lembrando-o de que há uma diferença entre o rei justo e o mero rei, uma vez que o primeiro investiga antes de agir e o último se limita a dar ordens, sem investigar (*Medéia*. 194). Creonte, ao responder-lhe, revela sua opinião sobre o poder:

“Justas ou injustas, tu deves obedecer às ordens do rei” (Med. 195).

As palavras de Creonte dão oportunidade a Medéia para que ela faça considerações sobre a justiça dos governantes. Reproduzindo, de certa forma, as palavras de Agamêmnon que mencionamos acima (“Ninguém mantém por muito tempo um poder violento: o poder moderado é duradouro” - *Tro*. 258-259), a princesa da Cólquida insinua que o rei deve agir com justiça se quiser conservar o cetro em suas mãos:

“O poder injusto nunca permanece por muito tempo” (Med. 196).

Não é o único momento, no texto das tragédias, em que se põe em foco a questão da justiça do reis. Em *Agamêmnon*, Egisto interpela Clitemnestra e diz o que pensa sobre a essa justiça:

“A justiça dos reis é desconhecida de ti? É novidade? Eles são juízes maldosos para nós e justos para com eles mesmos; consideram como o maior privilégio do poder o fato de ser lícito apenas para eles aquilo que não é lícito para os outros” (Aga. 269-272).

Voltemos, no entanto, às qualidades desejáveis em quem está no comando, segundo o texto das tragédias. Além da clemência e do espírito de justiça, há outras virtudes que, provavelmente, para Sêneca, seriam necessárias aos governantes.

Em *Édipo*, Jocasta fala de algumas dessas virtudes. Para ela, o governante deve ser corajoso e firme, enfrentando as vicissitudes com energia:

“É isto o que eu considero como próprio dos reis: suportar as adversidades, por mais incerta que seja sua situação e, por mais que vacile o edifício do poder, prestes a desabar, permanecer ereto, forte, acertando o passo com firmeza. Recuar diante da Sorte não é uma atitude viril” (Oed. 82-86).

É em *Tiestes*, entretanto, justamente na tragédia em que encontramos a mais bárbara das tiranias, que vamos encontrar, no primeiro estásimo, o mais longo trecho referente ao que se espera dos reis. O cântico é construído com versos glicônicos, cuja leveza contrasta com os períodos longos e as imagens rebuscadas bem como com a densidade do pensamento expresso. Partindo de um comentário sobre a aparente reconciliação de Atreu e Tiestes, o coro faz uma pergunta inicial, de caráter retórico, supostamente endereçada aos descendentes de Tântalo: “Que loucura vos impele a derramar o sangue um do outro, reciprocamente, e a apoderar-vos do cetro por meio de um crime?” (*Thy.* 339-341). Em seguida explora idéias concernentes ao que se espera dos reis – a ausência de ambição, o destemor, a coragem:

“Não sabeis, vós que cobiçais o palácio real, em que consiste o poder? Não são as riquezas que fazem os reis, não é a cor purpúrea de suas vestes nem o símbolo na fronte real, nem as luzentes vigas de ouro de seu palácio; é rei aquele que rejeita o medo e as maldades de um coração cruel, aquele que não se deixa mover nem pela ambição tirânica nem pelo favor do povo inconstante, nem pelo que o Ocidente escava (em suas minas) nem pelo que o Tejo, das águas de ouro, revolve em seu leito brilhante, nem pelos cereais provenientes das messes da Líbia, que as eiras ardentes debulham; (é rei) aquele a quem não amedrontam nem o percurso oblíquo do raio que cai, nem o Euro que tumultua as ondas, nem a furiosa força do vento, no mar Adriático; aquele a quem não apavora a lança do soldado ou a espada ameaçadora; aquele que, posto em lugar seguro, vê todas as coisas abaixo de si e, assim mesmo, enfrenta, satisfeito, a morte, e não se lamenta por morrer.

[...]

É a alma virtuosa que possui a realeza. Não lhe são necessários cavalos nem as armas, que os partos atiram de longe quando simulam a fuga; não lhe é necessário destruir cidades delas aproximando máquinas de guerra que arremessam rochas. É um rei aquele que nada teme, aquele que nada ambiciona; este tipo de reinado cada um pode dar a si próprio” (Thy. 342-365; 380-390).

Em contraposição ao que está contido nas falas de Agamêmnon, Medéia e Jocasta e nas palavras do coro de *Tiestes*, elementos que comporiam o que poderíamos considerar como a “doutrina do poder”, temos também nas tragédias as outras “teorias”, as que são expressas por tiranos despóticos, prepotentes, opressores, violentos, brutais, injustos, cruéis, ou, ainda, por governantes usurpadores do poder, que se arrogam uma autoridade real sem ter direito a ela.

Os tiranos das tragédias de Sêneca podem pertencer a uma ou outra categoria. Entre os que se enquadram na primeira, podemos citar Atreu, protagonista da tragédia *Tiestes*, e, sob certos aspectos, Édipo, da tragédia homônima. Entre os usurpadores, Lico, de *A loucura de Hércules*, e Etéocles, de *As fenícias*, o primeiro porque é realmente um usurpador, o segundo porque se nega a entregar o trono ao irmão no momento em que este, conforme fora tratado, deveria ocupá-lo.

Atreu é o pior de todos os tiranos. Ao aparecer em cena, além de demonstrar claramente o ódio que sente por Tiestes, mostra qual é a sua concepção do poder. O diálogo que mantém com o guarda (*Thy.* 204 ss.), segundo Herrmann (1924, p. 400), é uma verdadeira “teoria da tirania”.

Antes do diálogo, Atreu recitara um monólogo (*Thy.* 176-204), no qual se recriminava por sua fraqueza e inércia e, sobretudo, por aquilo que considerava como “o pior opróbrio para um tirano”: deixar sem vingança os crimes cometidos por Tiestes, pelo irmão que usurpara o trono e lhe seduzira a esposa. Almejando a mais terrível das guerras – que o próprio palácio desabasse sobre o rei, contanto que esmagasse o pérfido irmão –, Atreu faz uma auto-exortação e se dispõe a partir para o ataque a Tiestes. É nesse momento que se trava o diálogo entre o guarda – que representa a moderação e o bom-senso¹⁰ – e o soberano desvairado, que expõe suas idéias sobre o poder:

Quando o guarda lhe pergunta se a opinião do povo não o atemoriza-va, Atreu responde:

“A maior vantagem do poder é obrigar o povo a padecer com os feitos de seu rei e, ao mesmo tempo, louvá-los” (Thy. 205-207).

Quando o subalterno contesta, lembrando que aqueles que são forçados aos louvores por temor também são por ele incitados ao ódio e que “quando se ambiciona a glória de uma verdadeira popularidade, é preciso desejar ser louvado mais pelos corações do que pelos lábios”, Atreu continua:

“Os louvores sinceros, o homem humilde os obtém com freqüência; só o homem poderoso obtém os outros; forcemos as pessoas a quererem aquilo que elas não querem” (Thy. 211-212).

E acrescenta:

“Quando ao governante só lhe é permitido desejar coisas honestas, ele reina de forma precária” (Thy. 214-215).

A conclusão sintetiza seu parecer:

“Pureza, piedade, lealdade são bens privados; que os reis se encaminhem para onde quiserem” (Thy. 218-219).

Com base nessas idéias e alimentado pelo mais violento ódio, Atreu realiza o que promete: uma vingança sem precedentes, um crime reprovável, condenável, mas inesquecível, o *nefas* que o caracteriza como um monstro¹¹.

Longe de ter a crueldade de Atreu, mas também prepotente em seu posto de rei de Tebas, Édipo, o protagonista da tragédia homônima, assume algumas atitudes tirânicas. Léon Herrmann (1924, pp. 403-405) o considera como uma pessoa moralmente enferma, um rei torturado por seus temores e pressentimentos, que afeta segurança apenas para adquirir autoconfiança. Embora julgue que o poder é um “bem enganoso”, que “esconde desgraças sob uma aparência suave”, e lembre, com certa nostalgia, o tempo em que, por ter rejeitado o poder, estava livre de preocupações, Édipo se revela como um rei despótico, que usa de sua força para intimidar e ameaçar Creonte, o irmão de Jocasta, e Forbas, o velho serviçal do palácio. Em dois versos bastante sintomáticos, ele justifica suas atitudes:

“Quem tem medo do ódio não sabe reinar; o medo imposto é o guardião dos reinos” (Oed. 703-704).

Lico e Etéocles, presentes, respectivamente, em *A loucura de Hércules* e em *As fenícias*, pertencem, como dissemos acima a uma segunda categoria

de tiranos, à dos usurpadores do poder. Lico vencera os parentes de Mégara, esposa de Hércules, e se apoderara do trono de Tebas. Para ele, o poder do usurpador só se mantém quando a força o sustenta. No monólogo que precede seu diálogo com Mégara, a quem ele pretendia seduzir e tornar sua esposa, Lico reconhece que seu poder é frágil e diz:

“O cetro que se arrebatou treme na mão que o empunha e apenas nas armas reside a segurança: se sabes que te sustentas contra o desejo dos cidadãos, é preciso que tenhas à mão uma espada. O poder não é estável quando se está num lugar alheio” (H.F. 341-345).

Como Atreu, Lico não se importa com o desamor dos súditos:

“A principal habilidade de um governante é saber suportar os ódios” (H.F. 353);

e se coloca, na posição de rei, no mesmo plano que é reservado ao deus dos deuses:

“Tudo que se permite a Júpiter, se permite também ao rei” (H.F. 489).

Etéocles não é, na verdade, um usurpador do reino da mesma categoria de Lico. Herdeiro do trono de Tebas, juntamente com seu irmão Polinices, firmou com ele o acordo segundo o qual cada um reinaria alternadamente por um ano. Coube a Etéocles o primeiro ano de reinado. Polinices, que se havia casado fora da cidade, voltou ao fim do tempo aprazado e reivindicou o trono, mas Etéocles se recusou a deixar o poder. Polinices pediu socorro a Adrasto, seu sogro e rei de Argos, e marchou contra Tebas à frente de sete exércitos.

Há uma cena, em *As fenícias*, em que os irmãos se encontram na presença de Jocasta. A mãe tenta reconciliar os filhos e aconselha Polinices a voltar para Argos. No diálogo que se trava entre os três, Etéocles, que pode ser considerado como um tirano, por não ter cedido o poder ao irmão, externa seu parecer sobre o comando do reino. Quando Polinices lhe diz que governará um povo cheio de ódio, ele responde:

“Quem teme ser odiado não deseja reinar. O deus criador do mundo pôs estas duas coisas lado a lado: o ódio e o poder. Considero que é próprio de um grande rei esmagar os ódios. O amor dos seus

súditos impede o governante de fazer muitas coisas; ele pode fazer muito mais diante de pessoas iradas. Quem quer ser amado reina com mão fraca” (Phoe. 654-659)

E quando o irmão argumenta, dizendo que “Os governos odiados nunca são mantidos por muito tempo” (*Phoe.* 660) e lhe pergunta se nada o demoverá de sua pretensão de permanecer no poder, contrariamente ao acordo, e de causar a ruína da pátria, dos penates e da esposa, Etéocles finaliza:

“Qualquer que seja o preço, o poder vale a pena” (*Phoe.* 664).

Da leitura de todos esses trechos podemos dizer que, para Sêneca, conforme se depreende do texto das tragédias, a tirania, qualquer que seja, é sempre má. O bom governante é aquele que apresenta as qualidades necessárias para o exercício do poder: de um lado, a brandura, a suavidade, a clemência – e nisso as idéias expressas por algumas das personagens coincidem com o que foi dito em *Sobre a clemência*; de outro, a benevolência e o bom relacionamento com os súditos; de outro, ainda, a conformação com a sorte – uma idéia tipicamente estóica –, a falta de ambição e a coragem.

Valendo-se do texto poético, o filósofo o utiliza de forma pragmática, dele se servindo como um importante meio para a divulgação de seu pensamento. As tragédias, portanto, complementam, como parábolas e *exempla*, aquilo que Sêneca dissera em seus tratados, ao fazer uso tanto de sua formação filosófica, ampla e profunda, como de uma enorme experiência adquirida na vida pública, nos cargos políticos que exerceu, no convívio com a corte, no enfrentamento de problemas, no contato diário e íntimo com o poder.

Abreviaturas

| | |
|--------------|--------------------------------------|
| <i>Aga.</i> | SÊNECA. <i>Agamêmnon</i> |
| <i>Clem.</i> | SÊNECA. <i>Sobre a clemência</i> . |
| <i>Ep.</i> | SÊNECA. <i>Epístolas a Lucílio</i> |
| <i>H.F.</i> | SÊNECA. <i>A loucura de Hércules</i> |
| <i>H.O.</i> | SÊNECA. <i>Hércules no Eta</i> |
| <i>Med.</i> | SÊNECA. <i>Medéia</i> |
| <i>Oed.</i> | SÊNECA. <i>Édipo</i> |
| <i>Phoe.</i> | SÊNECA. <i>As Fenícias</i> |
| <i>Thy.</i> | SÊNECA. <i>Tiestes</i> |
| <i>Tro.</i> | SÊNECA. <i>As Troianas</i> |

Documentação

- DION CASSIUS. *Histoire romaine*. Texte ét. et trad. par M. L. Freyburger & J. M. Roddaz. Paris, Les Belles Lettres, 1994.
- SENECA. *Lettere a Lucilio*. Trad e note di G. Monti. Milano: BUR, 2001.
- SENECA/ SALÚSTIO. *Tratado sobre a clemência* (Int. trad e notas de I. Braren)/ *A conjuração de Catilina/ A guerra de Jugurta* (Int. e trad. de A. S. Mendonça). Petrópolis: Vozes, 1990.
- SÊNÈQUE. *De la clémence*. Texte ét. et trad. par F. Préchac. Paris: Les Belles lettres, 1967.
- _____. *Tragédies*. Texte ét. et trad. par L. Herrmann. Paris: Les Belles Lettres, 1967.
- SUETONE. *Vie des douze Césars*. Texte ét. et trad. par H. Ailloud. Paris: Les Belles Lettres, 1931.
- TACITE. *Annales*. Texte ét. et trad. par P. Wuilleumier. Paris: Les Belles Lettres, 1978.

Bibliografia

- BARDON, H. *Les empereurs et les lettres latines, d'Auguste à Hadrien*. Paris, Les Belles Lettres, 1968
- BLOCH, G. *L'empire romain. Évolution et décadence*. Paris, Flammarion, 1922.
- BOVIS, A. *La sagesse de Sénèque*. Paris, Aubier, 1948.
- BRAREN, I. "Introdução ao *Tratado sobre a clemência*". In: SENECA/ SALÚSTIO. *Tratado sobre a clemência* (Int. trad e notas de I. Braren)/ *A conjuração de Catilina/ A guerra de Jugurta* (Int. e trad. de A. S. Mendonça). Petrópolis: Vozes, 1990. pp. 9-36.
- CARCOPINO, J. *Daily life in ancient Rome*. London, Routledge, 1946.
- DUPONT, F. *Les monstres de Sénèque*. Paris, Belin, 1995.
- DUPOUY, A. *Rome et les lettres latines*. Paris, Colin, 1924.
- GRIMAL, P. *Sénèque ou la conscience de l'Empire*. Paris: Les Belles Lettres, 1979.
- HERRMANN, L. *Le théâtre de Sénèque*. Paris: Les Belles Lettres, 1924.
- LABARBE, J. L'apparition de la notion de tyrannie dans la Grèce archaïque. . *L'Antiquité Classique*. Tome XL, 2^{ème} fasc. 1971. p. 471-504.
- MANGAS MAJARRÉS, J. *Séneca o el poder de la cultura*. Madrid: Editorial Debate, 2001.

- PAOLI, U.E. *Rome, its people life and customs*. London, Longmans, 1963.
- PIGANIOL, A. *Histoire de Rome*. Paris, PUF, 1954.
- WALTZ, R. *La vie de Sénèque*. Paris: Perrin, 1909.

Bibliografia complementar

- BELLINGTON, M. *Educazione alla sapientia in Seneca*. Brescia, Paideia, 1978.
- BRADEN, G. The rhetoric and psychology of power in the dramas of Seneca. *Arion* 9 1970 5-41.
- BRUN, J. *Les stoïciens*. Paris, PUF, 1957.
- CURLEY, T.P. *The nature of Senecan drama*. Roma, Ed. dell'Ateneo, 1986
- DUPONT, F. *Le théâtre latin*. Paris, Colin, 1988.
- GRIMAL, P. L'image du pouvoir royal dans les tragédies de Sénèque. *Pallas* XXXVIII 1992 409-416.
- HENRY, D. & HENRY, E. *The mask of power*. Warsminster, Wiltshire, Aris & Phillips, 1985.
- PRATT, N. T. The stoic base of senecan drama. *TAPA* 79 1948.
- VEYNE, P. *Séneca y el estoicismo*. Trad. de M. Utrilla. México, Fondo de Cultura Económica, 1996.

Notas

¹ Natural de Córdoba, *Hispania*, e descendente de uma família ilustre, Sêneca era filho de Hélvia – imortalizada por ele na “Consolação a Hélvia” – e de Sêneca, o Retor, o autor de *Suasórias* (*Suasoriae*) e *Controvérsias* (*Controversiae*), exercícios declamatórios literários e retóricos. Embora provinciano, viveu em Roma desde a infância e ali estudou retórica e filosofia. Iniciou-se muito cedo na vida pública e desempenhou importante papel na política romana. Para o conhecimento mais completo de sua vida, recomendam-se, além de textos primários como *Os anais*, de Tácito, e a *História Romana*, de Dion Cassius, as obras de R. WALTZ, *La vie de Sénèque* (Paris: Perrin, 1909), de P. GRIMAL, *Sénèque ou la conscience de l'Empire* (Paris: Les Belles Lettres, 1979) e de J. MANGAS MAJARRÉS, *Séneca o el poder de la cultura* (Madrid: Editorial Debate, 2001).

² O impressionante relato da morte de Sêneca é encontrado nos *Anais* de Tácito (XV, 62-64). Segundo o historiador, ao saber que fora condenado à morte por Nero, por

ter sido acusado de participar numa conjuração que objetivava a deposição do imperador, Sêneca se despediu de seus amigos, ordenou que lhe fossem abertas as veias dos braços e das pernas e ditou a seus secretários um longo discurso; em seguida mandou chamar um médico para que lhe desse um veneno, mas como nenhum desses expedientes abreviaram a chegada da morte, num último esforço, Sêneca exigiu um banho quentíssimo e foi sufocado pelo vapor.

³ As *Consolações*, escritas entre 40 e 43, são dirigidas a Márcia, uma dama romana que perdera um filho, a Hélvia, progenitora do escritor, e a Políbio, liberto e auxiliar de Cláudio; os tratados – *Sobre a ira* (*De ira*), *Sobre a brevidade da vida* (*De breuitate uitae*), *Sobre a clemência* (*De clementia*), *Sobre a tranqüilidade do espírito* (*De tranquillitate animi*), *Sobre o ócio* (*De otio*), *Sobre a prática do bem* (*De beneficiis*), *Sobre a vida feliz* (*De uita beata*) e *Sobre a providência* (*De prouidentia*) –, escritos entre 49 e 63, possivelmente, versam sobre assuntos filosóficos variados; as cartas, em número de 124 e endereçadas a Lucílio (*Ad Lucilium epistulae*) revelam aspectos importantes da postura doutrinária de Sêneca; o tratado científico que se preservou para a posteridade – *Questões naturais* (*Naturales quaestiones*) – aborda assuntos concernentes aos conhecimentos da época; a sátira menipéia, *Apocolocintose* (*Apocolocynthis*), trata de forma irreverente e galhofeira da morte e dos funerais de Cláudio; quanto às tragédias – objeto particular de nosso estudo – inspiram-se em tragédias gregas do século V a.C. e em obras latinas do período helenístico e clássico. Em possíveis alusões à situação política da época, põem em realce algumas questões de natureza doutrinária. São elas: *A loucura de Hércules* (*Hercules furens*), *As troianas* (*Troades*), *As fenícias* (*Phoenissae*), *Medéia* (*Medea*), *Fedra* (*Phaedra*), *Édipo* (*Oedipus*), *Agamemnon* (*Agamemnon*), *Tiestes* (*Thyestes*) e *Hércules no Eta* (*Hercules Oetaeus*).

⁴ Por ocasião da morte de Cláudio, Britânico teria apenas doze ou treze anos, enquanto Nero tinha dezessete e já havia recebido a toga viril.

⁵ Trata-se do artigo “Seneca between political and contemplative life”, escrito em 1950, mas somente publicado em 1969, em *Quarto contributo alla storia degli studi classici e del mondo antico* (Roma: 1969, p. 239-256), com a observação feita pelo autor de que aquele ponto de vista era de 1950 e não de 1968.

⁶ As citações entre aspas estão na tradução de *De clementia*, feita por Ingeborg Braren e apresentada com estudo introdutório em *Sêneca/ Salústio*, 1990: 39-41.

⁷ Cf. Cícero. *República* II 27: a religião e a clemência são “os dois melhores meios de assegurar a permanência do Estado”;

⁸ Jules Labarbe, em seu artigo “L’apparition de la notion de tyrannie dans la Grèce archaïque” (LABARBE, 1971: 471-504), faz algumas reflexões importantes sobre a conceituação de *tiranía*. Para ele, a palavra *týrannos*, freqüente em textos gregos,

aparece tanto em sua forma simples como em palavras formadas a partir dela por composição ou derivação. Do grego, a palavra passou para o latim (*tyrannus*) e do latim, para as línguas românicas e outras. A origem dessa palavra é discutível. Várias etimologias foram propostas, mas nenhuma das hipóteses é satisfatória. De acordo com o *Etymologicum Magnum*, *týrannos* se prende ao verbo *trýo*, que significa “usar por esfregamento”, “abrasar”, e, por extensão, “corroer”, “afligir”. A *trýo* se prenderia o vocábulo hipotético **trýanos*, jamais encontrado, do qual se formaria *týrannos*, em discutível processo etimológico. Outras hipóteses aproximam *týrannos* de *Tyrrenós* – palavra que designa o povo tirreno, conhecido por sua crueldade e violência e acostumado à prática da pirataria –, de *Tyrrha*, nome de uma cidade lídia que teria sido o berço do tirano Gíges, ou, ainda, de *Týros*, nome de uma cidade fenícia. Qualquer que seja a etimologia, quer a palavra seja grega, quer seja importada, há implicitamente em *týrannos* uma idéia de opressão, maldade ou apossamento indevido.

⁹ Cf. Sêneca. *Epístola* 113, 30: “Governar a si próprio é o mais importante dos governos”.

¹⁰ O guarda representa o mesmo papel das amas, presentes em *Medéia*, *Fedra*, *Agamêmnon* e *Hércules no Eta*, bem como o do ancião, encontrado em *As troianas*: é o confidente, o *alter ego* de Atreu, a voz da razão que se opõe às paixões desenfreadas, desencadeadoras da catástrofe. Por meio dessas personagens secundárias pode ser configurado o conflito íntimo que se passa no íntimo das principais.

¹¹ Florence Dupont, em *Les monstres de Sénèque*, faz um interessante estudo sobre a progressão *dolor/furor/nefas*, e analisa a figura de Atreu, em *Tiestes* (Dupont, 1995: 55-90).